

# O bota-abaixo de Pereira Passos: a tentativa de promover uma nova ética urbana no Rio de Janeiro

## *The restrictions by Pereira Passos: an attempt to promote a new urban ethic for Rio de Janeiro*

Vanessa Maria Barbosa

Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e relações públicas pela Facha.  
Especialista em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ)  
vanessambarbosa@gmail.com

### RESUMO:

O período de 1903-1906 não foi marcado apenas por uma série de obras que redefiniram a estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro. A reforma Pereira Passos foi muito além e buscou introduzir novos hábitos e costumes. Era uma nova ética urbana sendo imposta, por meio de leis e decretos. Este artigo tem como objetivo mostrar de que modo essas medidas influenciaram a vida dos habitantes, pois alteraram práticas econômicas, formas de lazer e costumes tradicionais, profundamente enraizados na cultura carioca. E, a partir das crônicas de João do Rio, é apresentada a realidade heterogênea da população, atingida diretamente pela nova condição de sua cidade – ser a capital da República.

**Palavras-chave:** reforma urbana; Pereira Passos; João do Rio.

### SUMMARY:

*The period of 1903-1906 was not just marked by a series of public works that were to redefine the urban structure of the city of Rio de Janeiro. The reform instituted by Pereira Passos far exceeded mere urban improvements and sought to introduce new habits and customs. Indeed, a new urban ethic was being imposed, by means of laws and decrees. The present article has the intent of demonstrating in what manner these measures influenced the life of the city's residents, since they changed financial practices, forms of leisure and traditional customs deeply ingrained in carioca culture. Furthermore, the heterogeneous reality of the population directly affected by the new conditions in the city – as capital of the Republic – is revealed through the narratives of João do Rio.*

**Key words:** urban reform; Pereira Passos; João do Rio

## 1 – Introdução

Há 107 anos, a cidade do Rio de Janeiro vivia um período de grandes transformações. A então capital federal da República passava por um amplo programa de reforma urbana. O projeto de remodelação, iniciado em 1903 foi realizado em conjunto pelos governos federal e municipal. O presidente Rodrigues Alves, ao tomar posse em 1902, anunciou as obras de melhoramento e nomeou como prefeito o engenheiro Pereira Passos. Estava formada a dupla que comandaria a mais profunda transformação na malha urbana do Município.

A reforma sustentou-se em três pilares: saneamento, abertura de ruas e embelezamento. O objetivo era tornar o Rio de Janeiro digno de ser a cidade-capital da República e torná-lo o espelho do Brasil. Além disso, o governo desejava facilitar o escoamento da produção e atrair capitais estrangeiros.

O acelerado processo de urbanização e industrialização que ocorria no Brasil, no início do século XX, causou o inchaço da cidade e, conseqüentemente, ocupação desordenada, problemas de infraestrutura e péssimas condições sanitárias. Era preciso ampliar as ruas, iluminar, ventilar, arejar, enfim, adaptar a cidade colonial de ruelas sujas à cidade comercial e industrial, conforme os padrões de civilização das nações europeias.

Apesar de a reestruturação ter sido realizada em conjunto, os moradores associaram as obras públicas a Pereira Passos. O período ficou marcado como o “bota-abaixo” do prefeito. Essa identificação também ocorreu por causa das medidas proibitivas impostas pela Prefeitura.

O propósito deste artigo é mostrar como essas medidas afetaram diretamente as condições de vida das camadas populares, pois alteraram práticas econômicas, formas de lazer e costumes tradicionais, profundamente enraizados na cultura da cidade.

## 2 – O Rio de Janeiro na virada do século

No Brasil, a segunda metade do século XIX foi caracterizada pela crise da sociedade escravocrata e pelos primórdios de uma sociedade industrial. O fim da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889) foram determinantes para o processo de modernização do país, influenciado pelas tendências europeias.

No início do período republicano, o café era o principal produto de exportação, e o Rio de Janeiro fazia parte de um sistema complexo que reunia várias regiões produtoras. A partir de 1870, a perda de capacidade de produção das fazendas fluminenses, por causa do esgotamento dos solos, as quedas sucessivas do preço do café no mercado internacional e a abolição da escravatura determinaram a decadência do setor cafeeiro na região.

Com a Proclamação da República, o Município Neutro do Rio de Janeiro transformou-se em Distrito Federal (1892) e sua administração passou à responsabilidade de um prefeito nomeado pelo presidente.

A cidade ficava mais importante e tornou-se o centro político, administrativo e econômico do país. Toda conjuntura foi acompanhada pelo aumento populacional. Com o fim do trabalho escravo, o Rio passou a receber volumosos contingentes de imigrantes europeus e de ex-escravos atraídos pelas oportunidades de trabalho assalariado. Entre 1890 e 1900, a população passou de 522.651 para 691.565 habitantes (BENCHIMOL, 1992, p. 172).

O Distrito Federal reunia inúmeras condições favoráveis para o surto industrial: o porto facilitava o acesso a matérias-primas e a máquinas importadas; possuía um grande mercado consumidor e mão de obra disponível. Assim, surgiram as primeiras indústrias do segmento de tecidos, semelhante ao processo de industrialização europeu que marcou o surgimento do capitalismo industrial. Em 1895, o principal setor da indústria era o de fiação e tecelagem.

Porém, o desenvolvimento não melhorou a condição de vida da população. O crescimento desordenado agravou a crise sanitária e habitacional. Multiplicavam-se moradias coletivas e sucessivas epidemias, que causavam péssima fama à cidade. Segundo o *Anuário de Estatística Demógrafa-Sanitária* da Diretoria Geral de Estatística, entre 1896 e 1900, 13 mil pessoas morreram de tuberculose e 7 mil de malária (DAMAZIO, 1996, p. 75).

Em novembro de 1902, o presidente Rodrigues Alves tomou posse e, em seu discurso, anunciou as obras de saneamento da capital. Em dezembro do mesmo ano, nomeou para prefeito o engenheiro Pereira Passos e, em março de 1903, designou o médico Osvaldo Cruz para a Diretoria Geral de Saúde Pública. Estava formado o governo que promoveu grandes transformações no Rio de Janeiro. Começava o “bota-abaixo” de obras e medidas.

### **3 – A reforma urbana na capital do país**

No manifesto inaugural à Nação, quando eleito presidente, Rodrigues Alves declarou quais seriam os pontos centrais de seu programa de governo:

*Aos interesses da imigração dos quaes depende em maxima parte o nosso desenvolvimento economico, prende-se a necessidade de saneamento desta capital, trabalho sem duvida dificil porque se filia a um conjunto de providencias, a maior parte das quaes de execução dispendiosa e demorada. É preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço, façam dele a sua mais seria e constante preocupação, aproveitando todos os elementos de que puderem dispor, para que se inicie o caminho. A Capital da Republica não pode continuar a ser apontada como sede de vida difficil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notavel centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo* (apud BRENNAN, 1985, p. 19).

Na primeira mensagem ao Congresso (maio de 1903), o presidente falou sobre a necessidade de realizar melhorias nas condições gerais de salubridade e no serviço de

abastecimento de água, desenvolver um sistema regular de esgotos, promover a limpeza pública e o asseio dos domicílios. No entanto, para Rodrigues Alves, a modernização do porto era a obra de maior relevância, pois contribuiria para aprimorar o trabalho e o comércio, captar mão de obra imigrante e atrair capitais externos para o país. A abertura de avenidas serviria para construir uma estrutura viária eficiente e melhorar a distribuição dos produtos e, assim, possibilitar um incremento na economia do Brasil.

Porém, para conceber essa ampla intervenção, “fazia-se fundamental alguém que unisse experiência administrativa ao conhecimento da urbe” (AZEVEDO, 2003, p. 36). Assim, o presidente escolheu o engenheiro Pereira Passos para o cargo de prefeito. A indicação foi elogiada pelos jornais cariocas. A edição de 30 de dezembro de 1902, do jornal *Correio da Manhã*, trouxe o artigo intitulado “O Novo Prefeito”, que dizia:

*Pereira Passos é administrador e não está ligado a interesses políticos. Se assim fosse, o governo não conseguiria levar adiante o seu plano de melhoramentos materiais anunciado no manifesto de 15 de novembro. [...] O prefeito, ligado só ao presidente, tem todos os elementos para fazer uma excelente administração* (apud BRENNNA, p. 20).

De fato, Passos era visto como administrador, associado à técnica, não à política. O interesse pela engenharia começou em Paris, quando, ao ingressar na carreira diplomática, foi nomeado adido à delegação brasileira na capital francesa, de 1857 até 1860. Durante sua permanência, teve contato com os engenheiros da École des Ponts et Chaussées e dedicou-se ao estudo de arquitetura, hidráulica, construção de portos, canais e estradas de ferro. Esteve presente nas obras realizadas sob a direção do francês Eugène Haussmann, que tornaram Paris em exemplo de metrópole industrial moderna a ser imitada pelo resto do mundo.

### **3.1 – As obras do governo federal**

Para colocar em prática a remodelação e extensão do porto, Rodrigues Alves e seu ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, organizaram a Comissão de Obras. O projeto previa a construção de um cais, seguindo do Arsenal da Marinha até a embocadura do canal do Mangue. A mudança mais importante foi o realinhamento, buscando aumentar a área disponível para atracação das embarcações. Para corrigir o traçado tortuoso, foi necessário o aterro de diversas enseadas e demolição de inúmeros prédios na região. Ligados às obras do porto, estavam o prolongamento do canal do Mangue e a abertura de três importantes avenidas: a Rodrigues Alves (ou do Cais), a Francisco Bicalho e a avenida Central, que, em 1912, recebeu o nome de Rio Branco.

A avenida Central constituiu-se no eixo de todo o conjunto de obras realizadas para transformar o Distrito Federal em uma metrópole cosmopolita. Porém, enfrentou forte resistência, já que para sua construção foi necessário desapropriar e demolir centenas de prédios. Em março de 1904, foi realizada a cerimônia de inauguração das obras.

*Seu traçado rompia [...] o coração da Cidade Velha, o labirinto de ruas estreitas e movimentadas, em cujas estalagens, cortiços, ou casas de cômodos residia grande parte do proletariado carioca. Atingia em cheio o centro nevrálgico da capital da República, onde se concentravam as atividades administrativas, comerciais e financeiras, e onde transcorria grande parte do trabalho urbano, em pequenas oficinas artesanais ou nas unidades manufatureiras e semifabris, assim como o amplo e variado universo dos serviços (BENCHIMOL, p. 227).*

Foi inaugurada em novembro de 1905, toda asfaltada, arborizada, com iluminação e amplas calçadas revestidas por pedras portuguesas. Era um digno *boulevard*, semelhante aos da França. Concentrou grandes casas comerciais, hotéis, sedes de jornais e prédios públicos como a Escola de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Theatro Municipal e o Palácio Monroe.

### **3.2 – As obras do governo municipal**

Para estruturar o plano de reforma urbana, Passos instituiu a Comissão da Carta Cadastral. Segundo o documento, o problema de saneamento da cidade sempre foi considerado dependente de uma remodelação arquitetônica e de novas vias de comunicação amplas, substituindo as ruas estreitas, sobrecarregadas de tráfego intenso, sem ventilação e repletas de prédios anti-higiênicos.

Assim, a cidade se tornou um grande canteiro de obras: foi construído o jardim do Campo de São Cristóvão; houve a canalização dos rios que corriam em Laranjeiras, Botafogo, Rio Comprido e Engenho Velho; foram abertas as avenidas Mem de Sá, Salvador de Sá e Gomes Freire; houve a arborização e colocação de jardins; construção de pequenos mercados, do Theatro Municipal e do Paço Municipal, e de muitos outros empreendimentos.

A reestruturação viária foi idealizada pelo prefeito como um plano de integração. Segundo André Nunes de Azevedo, a remodelação foi projetada com uma visão organicista, na qual a cidade seria como um corpo que possuía diversos órgãos vitais e, por isso, para seu bom funcionamento, precisava que estes fossem interligados.

*Além de demonstrar uma visão de cidade organicista, esta reforma urbana revelou-se culturalista em sua concepção. O culturalismo consiste em uma escola de urbanismo que busca operar um processo de modernização conservador, ou seja, que busca imprimir uma modernização no espaço urbano, a fim de possibilitar que tal espaço atenda às demandas oriundas das transformações de infraestrutura da sociedade, mas que, ao mesmo tempo, valorize a tradição daquele espaço (AZEVEDO, p. 46).*

Assim, a reforma municipal teve um aspecto diferente da realizada pelo governo federal. Enquanto Rodrigues Alves possuía interesses econômicos, Pereira Passos tinha a ideia de civilizar o Distrito Federal e, conseqüentemente, isso incluía a população.

*A idéia de civilização presente no ideário de Pereira Passos era atinente a uma série de valores desenvolvidos pela sociedade europeia ao longo da modernidade. Consistia fundamentalmente na manutenção de uma civilidade urbana burguesa – na qual a ideia de individualidade e de uso regulamentado do espaço público pelos agentes privados da cidade jogavam um papel fundamental; no fomento à atividade estética e cultural, na reverência a um passado e no respeito à lei e à ordem pública estabelecidas pelo Estado através de uma elite política ilustrada (Ibid., p. 49).*

Porém, para transformar o Rio em uma cidade moderna e civilizada, para Passos, além das obras, era necessário mudar hábitos.

#### **4 – A nova ética urbana**

O prefeito aproveitou os primeiros seis meses de 1903, quando governava com plenos poderes, para colocar em vigor um conjunto de proibições e tentar adequar o Rio de Janeiro ao seu papel de capital da República. Ao mesmo tempo que reestruturava as vias urbanas, impôs medidas que atingiram a população, tanto a do centro urbano, como a que residia no subúrbio e nas zonas rurais. Isso porque tais leis alteravam práticas econômicas e formas de lazer e costumes que faziam parte da cultura carioca.

A criação das normas tinha várias razões: ideológicas, ao tentar padronizar os costumes aos modos burgueses europeus; de higiene, ao buscar o saneamento da cidade; econômicas e fiscais. A receita municipal ganhou uma nova fonte de arrecadação, pois o cidadão que infringisse as proibições pagaria multas. Também foram criados alguns impostos, acarretando o aumento considerável da renda do Município.

O primeiro decreto, em janeiro de 1903, proibiu o comércio de miúdos de animais pelas ruas. Segundo o prefeito, a venda de vísceras de rezes, expostas em tabuleiros, cercados pelo voo contínuo de insetos, era um espetáculo repugnante (*apud* BRENNNA, p. 98).

Após um ano, a Prefeitura liberou a prática até as 10 horas, com a condição de que os comerciantes conduzissem os miúdos à cabeça ou em carros, e as carnes teriam de ser guardadas em caixas de zinco, informando suas características. Caso houvesse alguma infração, o ambulante pagaria multa.

Ainda em janeiro de 1903, foi proibido outro costume popular: a ordenha de vacas leiteiras na via pública. Os animais percorriam as ruas estreitas e tinham o leite retirado na porta dos fregueses. O governo municipal também estabeleceu normas de fiscalização sanitária do leite que era produzido e distribuído à população. Além disso, tornou obrigatória a vacinação dos animais e a fiscalização dos estábulos nas zonas Rural e Urbana da cidade.

Na mesma época, Passos pôs fim à prática de venda de bilhetes de loteria. De acordo com o prefeito: “tenho procurado pôr termo á praga dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, que, por toda parte, perseguem a população, incommodando-a com infernal grita e dando á cidade o aspecto de uma tavalagem” (*apud* BRENNNA, p. 99).

O Decreto nº 314, de 11 de abril, tratou sobre a captura e extinção de cães que circulavam pelas ruas. Também se tornou obrigatória a matrícula dos animais cujos donos morassem no Distrito Federal. Só estavam autorizados a transitar livremente os animais designados para a vigilância do gado nas estradas, campos, estrebarias e currais.

Em março do mesmo ano, chegou a vez dos mendigos serem proibidos de viver nas ruas. De acordo com a lei, os “tiradores de esmola”, que fossem considerados inábeis para o trabalho, seriam submetidos ao exame dos médicos da Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública e depois recolhidos ao asilo São Francisco de Assis. Já os julgados como vadios eram encaminhados às autoridades policiais e enquadrados no Código Penal.

Porém, a quantidade de vagas no asilo e nas prisões era insuficiente para acolher o grande número de pessoas que ocupavam as vias públicas, sobrevivendo de caridade. Por isso, apesar da medida, muitos continuaram a morar nas ruas.

*A administração municipal não podia, evidentemente, nem se propunha a resolver o problema. Buscava, simplesmente, extirpar da cidade, que se queria exibir para o estrangeiro como moderna e civilizada, essa chaga, essa “disfunção” que a enfeava, limitando-se a enclausurar os mendigos e vadios na delegacia ou num asilo. [...] Nos Boletins da Prefeitura, ao longo de todo o governo de Passos, sucedem-se as circulares aos agentes, cobrando a rigorosa execução do decreto, o que mostra que a chaga da mendicância persistia, apesar dos esforços repressivos do Estado (BENCHIMOL, p. 279).*

Outro segmento característico da paisagem social do Rio era o de vendedores ambulantes e pequenos artesãos. Apesar de ser o maior centro industrial do país na época, o Distrito Federal possuía uma grande parcela da população que desenvolvia atividades autônomas, ligadas à prestação de serviços, artesanato e ao pequeno comércio.

Como esses trabalhadores exerciam suas atividades nas ruas, para a Prefeitura, de certa forma, eles não se adequavam à modernização pela qual a cidade estava passando. Assim, os impostos para os pequenos comerciantes aumentaram e criou-se a necessidade de licenças que permitissem o trabalho dos ambulantes. O pagamento de licenças ou multas representava um encargo insustentável para tais trabalhadores, levando muitos a desistirem do negócio.

Os quiosques, construções de madeira e zinco e com traços orientais, foram considerados anti-higiênicos e, assim, fechados. Espalhados pelas calçadas, eram pontos de aglomeração de trabalhadores mais humildes, que paravam para consumir vinho, café, pães, sardinha frita e queijo. No entanto, segundo Raimundo de Ataíde, em seu *livro Pereira Passos, o reformador do Rio de Janeiro* (sem data), grande parte dos quiosques pertencia a uma poderosa Companhia de Quiosques, à qual Pereira Passos teria proposto uma indenização de pequeno valor pela rescisão do contrato, que se estendia até 1911. Porém, o dono da Companhia exigiu uma quantia cinco vezes maior do que a proposta pelo prefeito.

Assim, ao alegar que os locais eram sujos, Passos, de certa forma, obrigou o proprietário a aceitar um acordo mais vantajoso e iniciou a derrubada dos quiosques (apud BENCHIMOL, p. 282).

Em novembro do mesmo ano, de acordo com o Decreto nº 974, a Prefeitura ficou autorizada a delimitar uma área em que seria proibido o cultivo de hortas e a plantação de capim. Nove meses depois, outra medida impediu o plantio de capinzais, fosse para uso particular ou comercial, e as hortas utilizadas pelo comércio não poderiam ser plantadas em um extenso perímetro urbano, que partia da praia da Saudade (atual avenida Pasteur), esquina com a rua General Severiano (Botafogo), até depois do Rio Comprido.

As últimas proibições citadas, como a da venda de vísceras de animais, ordenha de vacas, plantação de hortas e fechamento dos quiosques, prejudicaram o abastecimento de alimentos à população. Além disso, essas medidas demonstraram o desejo do governo municipal em eliminar da Zona Urbana práticas rurais que serviam para a subsistência de muitos habitantes.

Paralelamente, ao aplicar tais imposições, a Prefeitura promovia a construção de mercados e lojas para chás da tarde, condicionando a população a procurar os novos estabelecimentos para se abastecer.

Outra lei atingiu diretamente o consumo alimentar e um costume das famílias: a proibição da criação de suínos no quintal. Quando o morador não acatava a decisão, os animais eram apreendidos, inclusive com o apoio da Polícia, e levados para o matadouro, situado em Santa Cruz. Lá, porcos e leitões eram leiloados.

Os chamados “cargueiros”, animais amarrados uns aos outros e guiados por um condutor a pé, que traziam produtos hortigranjeiros para a cidade, também ficaram impossibilitados de circular no perímetro urbano. Isso afetou os pequenos produtores rurais que residiam nas regiões próximas ao Centro. Segundo o prefeito, o transporte de cargas sobre animais era lento, antiestético e oferecia perigo aos pedestres.

No conjunto de proibições, algumas medidas atingiram atividades culturais comuns dos cariocas. Em dezembro de 1903, o entrudo foi proibido. Foi estipulada uma multa para quem infringisse tal determinação e aqueles que não pudessem pagar ficariam presos por um período de dois a oito dias.

Para substituir o carnaval, o prefeito instituiu meses antes a “Batalha de Flores”, festa na qual a elite, em trajes de gala, saía pelas ruas em seus carros ornamentados com flores, tendo o povo como plateia. Jornais da época relataram de diferentes formas a primeira “batalha” realizada em 15 de agosto de 1903, no Parque da Praça da República. Segundo o periódico *O Commentario*, de setembro desse ano, o evento trouxe a “civilização” para os cariocas.

*Sabem todos que essas batalhas de flores, tão animadas, elegantes e alegres quando feitas em Nice, em Viena e em Paris, são um divertimento de ricos com o qual tem o povo a ganhar: o gosto visual do luxo em exibição e a emoção artística nos aspectos ornamentais*



*das carruagens. É portanto, um meio de educar esteticamente os rudes e os pobres* (apud BRENNNA, p. 92-93).

Já no jornal *O Malho*, de 22 de agosto, o artigo “Na batalha das flores” apresentou a ironia característica do periódico em relação à festa produzida pelo prefeito. Aliás, essa publicação possuía uma postura crítica em relação às ações dos governos federal e municipal, sendo conhecida pelas inúmeras caricaturas que fazia de Rodrigues Alves e Pereira Passos.

*O illustre administrador dos negocios do nosso districto, que pouco a pouco vai limpando, varrendo, endireitando, corrigindo e aformoseando as ruas e praças desta Capital, como um anjo bom e carinhoso tutor, tambem deseja se cuidar de dotal-a de novas prendas morais. Para isso abre verdadeiras escolas de bom gosto artistico e alto senso esthetic, promovendo concertos musicaes e festas publicas que constituem um ensinamento aos povos desta Sebastianopolis, até agora vividos numa pesada atmosfera de tristeza, embezzerrados, melancolicos, mal humorados [...]. A batalha de flores foi uma experiencia assás animadora, e naturalmente será a porta aberta ao renascimento de nossa vida social, o ponto de partida para outras festas, da mesma natureza, saneadoras do nosso espirito e bem dizentes da nossa cultura intelectual* (apud BRENNNA, p. 94).

Algumas práticas do cotidiano popular também foram consideradas impróprias pela Prefeitura, como o candomblé e os cultos religiosos africanos, as serenatas e a boêmia. Outros hábitos comuns foram perseguidos por razões sanitárias. Foi proibido urinar fora dos mictórios construídos pelo governo, cuspir nas vias e em veículos de transporte de passageiros, e tornou-se obrigatório o uso de escarradeiras em todos os locais públicos. Essas medidas visavam evitar o contágio da tuberculose.

Com a nomeação de Osvaldo Cruz como diretor geral da Saúde Pública, muitas leis, como a vacinação obrigatória, foram implantadas a fim de acabar com as moléstias que assolavam a capital. Passos instituiu, em janeiro de 1903, o Decreto nº 383 que destinou à Diretoria Geral de Higiene e Assistência Pública, órgão municipal, um conjunto de atribuições. Este foi o início da campanha sanitária em todo o Distrito Federal.

Ficaram sob responsabilidade do governo municipal: criar a Polícia Sanitária das Habitações, fiscalizar os esgotos e a água de consumo da população, regularizar o regime de todos os rios, beneficiar solo e subsolo, arborizar e limpar as ruas, coletar e incinerar o lixo, cuidar da higiene das construções, fiscalizar os alimentos, matadouros, mercados, lavanderias, casas de diversão etc.

Em março de 1903, o prefeito organizou o Serviço de Inspeção Sanitária das Habitações com o objetivo de identificar possíveis focos de disseminação de doenças infectocontagiosas.

*O estabelecimento da polícia sanitária dos domicílios e logradouros públicos atingiu profundamente os hábitos e costumes da população pobre, obrigada a cumprir determinadas proibições, como a lavagem de roupas em casas carentes de quintais e*

*instalações apropriadas, a cozedura de alimentos em quartos e corredores das habitações coletivas, a divisão de prédios em quartos e cubículos pelo expediente de utilizar tábuas de madeira ou pano, entre outras. O regulamento determinava, ainda, que os reservatórios de água fossem protegidos dos mosquitos; que as urnas, vasos e demais objetos decorativos sobre as casas fossem reparados com o fim de evitar a coleta de águas (DAMAZIO, p. 76).*

As proibições determinadas no governo de Pereira Passos não levavam em conta a tradição popular, pois eram elaboradas pela elite carioca. As medidas “civilizadoras” tinham como base padrões europeus, de países como França e Inglaterra. O Rio de Janeiro era uma cidade de contrastes. Construções antigas e precárias esbarravam em suntuosas mansões, com arquitetura inspirada no *art-nouveau* e no ecletismo europeu. Homens descalços e com roupas surradas circulavam pelas vias públicas assim como aqueles vestidos de paletó. Por isso, o conjunto de leis que criava a nova ética urbana pode ser visto como uma maneira sonhadora e pretensiosa da Prefeitura de tentar impor costumes burgueses e europeus à população heterogênea, composta de imigrantes, ex-escravos, tatuadores, rezadeiras, vendedores ambulantes etc.

## 5 - O Rio de Janeiro de muitas faces

Ninguém melhor para revelar o Rio de Janeiro do início do século XX do que João do Rio. Ou melhor, João Paulo Alberto Coelho Barreto (1881-1921). Enfim, um homem de muitos nomes que retratava a cidade em suas crônicas e reportagens como nenhum outro autor da época. Considerado o primeiro grande repórter brasileiro, o autor assinava seus textos com diversos pseudônimos: Claude, João de Oliveira, José Antônio José, entre outros.

De acordo com Carmen da Matta, em seu artigo “Rio de Janeiro, solo configurador da literatura nacional” (2003), o autor, também conhecido como Paulo Barreto, destacou-se entre outros cronistas por apresentar a capital, que passava por total reestruturação:

*O destaque dado a João do Rio como figura emblemática da belle époque é consensual entre os críticos literários. Lembremos, porém, que a poderosa sombra machadiana ainda pairava sobre as artes: Machado lança Dom Casmurro em pleno 1900 e traria a público ainda Esauí e Jacó (1904) e o último romance, Memorial de Aires (1908), fora a sua atuação como cronista; é, por isso mesmo, considerado um autor-síntese da Primeira República. Mas o carioquíssimo de codinome João do Rio [...] torna-se uma figura simbólica pela sua abertura em termos de registros cronistas de um outro lado do Rio, às vezes não tão requintado, mas que se descobre avançando pelos subterrâneos das almas que povoam a cidade. Foi o cronista mais atento ao período Passos e que melhor registrou as transformações urbanas que ocorriam a toque de caixa (MATTA, 2003, p. 206).*

As crônicas de João do Rio comentavam fatos e pessoas de um Rio de Janeiro que antes eram conhecidos superficialmente pelos textos de jornal. O repórter, em vez de esperar as

informações na redação, partia para as ruas em busca de registrar os movimentos e conhecer os personagens da cidade em que vivia.

A característica inovadora de Paulo Barreto foi perceber a capital sob o olhar móvel do *flâneur*, que circula à vontade, não se fixa em determinado espaço, entrevista vários tipos, misturando-se ao povo. Aliado a essa percepção, o cronista reunia também a figura do *dandy*, aquele que une requinte, elegância, vive intensamente o presente e seduz-se pelo mundo.

Estas qualidades do autor podem ser encontradas na seleção de textos de sua autoria, publicados nos veículos *Gazeta de Notícias* e *Kosmos*, que deram origem ao livro “A alma encantadora das ruas”, lançado em 1908. Nessa obra, a grande personagem é a cidade, desmembrada em suas ruas que revelam os costumes dos habitantes e locais, onde novos hábitos surgem:

*[...] a rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! Em Benares ou em Amsterdã, em Londres ou Buenos Aires, sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é a agasalhadora da miséria. Os desgraçados não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua. A rua é o aplauso dos medíocres, dos infelizes, dos miseráveis da arte. [...] A rua sente nos nervos essa miséria da criação, e por isso é a mais igualitária, a mais socialista, a mais niveladora das obras humanas. [...] Nas grandes cidades a rua passa a criar seu tipo, a plasmar o moral dos seus habitantes, a inocular-lhes misteriosamente gostos, costumes, hábitos, modos, opiniões políticas (RIO, 1991, p. 12-25)*

Segundo João do Rio, para compreender a psicologia da rua é preciso ter espírito vagabundo, cheio de curiosidades, ser “aquele que chamamos de *flâneur* e praticar o mais interessante dos esportes – a arte de flanar”. (Ibid., p. 14) Para o autor, flanar é refletir, comentar, colocar-se no meio das rodas do povo, admirar o menino que toca a gaita na esquina, conversar com os cantores de modinha, estar sem fazer nada. Mas seria então vagabundagem? “Talvez. Flanar é a distinção de perambular com inteligência.” E o cronista se autodefine: “eu fui um pouco esse tipo complexo, e, talvez, por isso, cada rua é para mim um ser vivo e imóvel” (Ibid., p. 15).

Ao percorrer o livro, o leitor tem a impressão de caminhar pela cidade. As crônicas montam um mapa do Rio de Janeiro e de seus moradores. No texto “O que se vê nas ruas”, Paulo Barreto fala das profissões exóticas existentes na capital, que são frutos do desemprego, resultado da falta de oportunidades nas fábricas e da limitação do comércio, influenciada pelas medidas de Pereira Passos.

*Todos esses pobres seres vivos tristes vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, dos ratos, dos magros gatos dos telhados, são os heróis da utilidade, os que apanham o inútil para viver, os inconscientes aplicadores à vida das cidades daquele axioma de Lavoisier: nada se perde na natureza. [...] As profissões ignoradas. Decerto não conheces os trapeiros*

*sabidos, os apanha-rótulos, os selistas, os caçadores, as ledoras de buena dicha. Se não fossem o nosso horror, a Diretoria de Higiene e as blagues das revistas de ano, nem os ratoeiros seriam conhecidos* (Ibid., p. 42-43).

Das pequenas profissões, João do Rio destacava os caçadores – apanhadores de gatos que matavam e entregavam os animais aos restaurantes, onde passavam por coelho – e os trapeiros – que se dividiam em duas especialidades: o que apanhava trapos limpos nas ruas e o outro que ficava com o resto dos trapos.

Os trapeiros sabidos, mencionados pelo autor, eram aqueles que reuniam botas e sapatos velhos e vendiam para os sapateiros, que, depois de consertarem, vendiam os calçados por 7 mil réis. Também havia os selistas e apanha-rótulos, que passavam o dia perto das charutarias em busca de selos de maços de cigarro e rótulos de charutos. Um cento de selos em bom estado era vendido por 200 réis. Os estabelecimentos compravam os selos e rótulos e colavam nas caixas de charutos de marcas que nunca tinham adquirido e as vendiam como se fossem originais.

Uma profissão que surgiu com a política sanitária foi a de ratoeiros, que iam aos cortiços, estalagens e ao subúrbio buscar os ratos presos nas ratoeiras dos domicílios e os levavam à Diretoria de Saúde. Mas, para fazer isso, o “agente de ratos” negociava com a população e era recompensado por tal tarefa. Na verdade, ele recebia duas vezes: dos moradores e quando entregava os animais ao Departamento de Higiene Municipal. Os negociantes eram logo reconhecidos pela freguesia, pois tocavam uma corneta para anunciar que estavam por perto.

O tatuador ganhava a vida fazendo desenhos, corações, escrevendo iniciais e nomes com agulhas e um pouco de graxa nos braços de vendedores ambulantes, operários, soldados, criminosos e meretrizes. A atividade ficou tão disseminada na cidade, que funcionava como uma indústria, possuindo chefes, subchefes e praticantes. Outra característica comum era a presença dos “agenciadores de coroa”, que acordavam de madrugada, compravam todos os jornais e partiam para a casa de pessoas importantes falecidas na véspera. Ao chegar ao domicílio, o agenciador oferecia seus serviços para preparar o que fosse necessário para o enterro. A única condição da família era ter de comprar as coroas de flores com eles.

Outro tipo de comércio ambulante era a venda de livros. Os conhecidos livreiros circulavam todas as manhãs pela capital, entravam em casas comerciais, percorriam os subúrbios ou ficavam parados em algum local de grande movimento. De acordo com João do Rio, há alguns anos “não passavam de meia dúzia de africanos. Hoje há de todas as cores, de todos os feitios, desde os velhos maníacos aos rapazolas indolentes e aos propagandistas da fé” (RIO, p. 79).

Os músicos ambulantes também faziam parte da vida do Rio de Janeiro. Eles poderiam ser vistos carregando seus instrumentos, e ouvidos nas tabernas, cafés, hotéis baratos e nas ruas. Segundo o cronista, “esta cidade é essencialmente musical; era impossível passar sem

os músicos ambulantes”, que andaram sumidos durante certo tempo por causa das proibições do prefeito.

*Quase todos esses músicos ambulantes e aventureiros ganham rios de dinheiro, vivendo uma vida quase lamentável. No forro dos casacos velhos há maços de notas, nos cinturões sebentos, vales ao portador. O público pára, olha aquela tristeza, imagina no automatismo dos gestos, na face que pede, no sorriso postiço, a fome dos artistas, a miséria dos deserdados da sorte, e sonha as agonias, como nas óperas [...] (Ibid., p. 114).*

O autor também descreve os trabalhadores da estiva: homens fortes, musculosos, modestos, pálidos, que começavam a trabalhar no cais às cinco da manhã e que conseguiram formar sua classe – a União dos Operários Estivadores. Assim, lutavam por seus direitos e por uma carga horária menor de trabalho.

Para João do Rio, as pequenas profissões, ignoradas pela população, integram o mecanismo das grandes cidades:

*O Rio pode conhecer muito bem a vida do burguês de Londres, as peças de Paris, a geografia da Manchúria e o patriotismo japonês. A apostar, porém, que não conhece nem a sua própria planta, nem a vida de toda essa sociedade, de todos esses meios estranhos e exóticos, de todas as profissões que constituem o progresso, a dor, a miséria da vasta Babel que se transforma. E entretanto, meu caro, quanto soluço, quanta ambição, quanto horror e também quanta compensação na vida humilde que estamos a ver (Ibid., p. 47).*

Os trechos anteriores retirados da obra de João do Rio ajudam a compreender melhor a variedade, a heterogeneidade e a multiplicidade de contextos da realidade do Rio de Janeiro naquela época. Somente um homem de muitas faces e nomes poderia ter a curiosidade e a sensibilidade de mostrar a cidade com todas essas particularidades.

## 6 – Conclusão

Com a remodelação do Distrito Federal, uma nova estrutura urbana estava sendo montada. No entanto, para Pereira Passos, a reforma da cidade não deveria ficar restrita às obras, mas precisava também extinguir hábitos que eram comuns na área central.

As leis promoveriam uma nova ética urbana, adequando assim a capital da República aos padrões de civilidade burgueses europeus. Porém, o conjunto de normas fixadas não correspondia à realidade da heterogênea população carioca.

Quanto mais o Rio de Janeiro assumia seu papel de capital, hábitos e costumes iam sendo alterados, deixando os moradores confusos em relação a quais referenciais seguir. Não deve ter sido fácil para os habitantes acompanharem as mudanças de uma cidade, que antes era basicamente rural, para outra cosmopolita e industrializada. Isso passava pela adoção de novos valores urbanos que deixavam para trás a cidade com seu caráter familiar.

Muitas das proibições impostas pelo prefeito não foram acatadas pela população. A tentativa de erradicar a venda de miúdos de animais nas ruas não durou muito tempo. Passos precisou alterar o decreto, pois era impossível exterminar tal atividade em um contexto de recessão, desemprego e agravamento das condições de vida da população. Ao mesmo tempo em que empregava pessoas, essa modalidade de comércio ambulante cumpria o seu papel de abastecer os cariocas mais humildes.

Outro exemplo foi a volta dos músicos ambulantes, comentada por João do Rio. Apesar de serem proibidos de tocar, eles voltaram aos poucos aos redutos boêmios, pois esta era uma característica da cidade que não poderia ser negligenciada por nenhuma medida. Além disso, como demonstrado nos textos de Paulo Barreto, as camadas mais populares sempre tentavam burlar ou adotar uma atividade que lhes rendesse algum dinheiro. Afinal, ninguém



Avenida Central. Augusto Malta. 1906 - AGCRJ

queria morrer de fome. E já que o prefeito exterminava certas formas de trabalho, o povo buscava alternativas para sobreviver. Como foi o caso dos ratoeiros, que utilizaram a própria política sanitária para conseguir o sustento.

A tentativa do prefeito de tornar a cidade civilizada, principalmente o Centro urbano, tinha como intenção tornar o Rio de Janeiro uma metrópole digna de ser a capital e vitrine do país. Porém, Passos também tinha o objetivo de disseminar essa civilidade para o resto da capital. A reforma urbana não excluía a massa popular do Centro. Tentava, sim, integrá-la de forma conservadora, fazendo com que assimilasse os valores da nova ética urbana e os levasse para seu local de moradia. No entanto, as normas impostas esqueciam as características da população e da própria cidade.



Rua da Carioca em obras – Augusto Malta, 31/01/1906 - AGCR

## Referências Bibliográficas

AZEVEDO, André Nunes de. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 10, maio-agosto, 2003.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

BRENNA, Giovana Rosso del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.

DAMAZIO, Sylvia F. *Retrato social do Rio de Janeiro na virada do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

HOLLANDA, Ricardo de. Augusto Malta, a versão mecânica do *flâneur*. *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 10, maio-agosto, 2003.

MATTA, Carmen da. Rio de Janeiro, solo configurador da literatura nacional. *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 10, maio-agosto, 2003.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. 2. ed. Série Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1991. Fonte digital: Fundação Biblioteca Nacional. Versão para eBook. Disponível em <<http://www.ebookcult.com.br>>. Acesso em 24/4/2004.

(Recebido para publicação em 24/09/2011)